

LUTAS POR RECONHECIMENTO, DESRESPEITO E UNIVERSIDADE: A ATUAÇÃO DOS COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSIDADE SEXUAL PARA O ENFRENTAMENTO À HOMOFOBIA INSTITUCIONAL

JULIÃO GONÇALVES AMARAL

RESUMO

Esse texto é produto de um estudo que buscou a compreensão dos fenômenos sociais que caracterizam a dinâmica de atuação política de três Coletivos Universitários de Diversidade Sexual do estado de Minas Gerais. A instituição universitária foi compreendida a partir de uma concepção que a toma como um espaço de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto discursos, valores e práticas que instituem a heterossexualidade estabelecendo-a como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero, crença essa denominada como heteronormatividade. Esses coletivos surgem com a proposta do combate a essa norma no contexto das universidades e estão, cada vez mais, se engajando em outras modalidades de ação política não previamente determinadas nos moldes institucionais de participação. Os militantes desses coletivos atuam segundo uma proposta de militância acadêmica, uma produção do conhecimento científico que esteja preocupada com seus impactos na transformação da sociedade. A atuação desses coletivos aponta para o fato que, para esses jovens, se constituírem como acadêmicos militantes seria uma via de legitimação para disputarem o campo científico e produzirem discursos alternativos sobre suas realidades. Essa característica de conjugar militância e academia pode ser considerada uma das principais inovações na luta política.

PALAVRAS-CHAVE

Coletivos universitários, diversidade sexual, heteronormatividade, homofobia, lutas por reconhecimento.

É inegável o aumento do acesso à universidade por parte da população brasileira nas últimas décadas e esse fenômeno tem transmitido a ideia de que a ela estaria em processo de democratização. Apesar desse aumento apontar para uma forte contribuição a esse processo, um olhar atento revela que tal democratização parece ser ainda incipiente, uma vez que mesmo a presença de determinados sujeitos e grupos sociais no interior das instituições acadêmicas brasileiras não é garantia de permanência igualitária nesse espaço. Podemos encontrar na literatura autores (Chauí 1980; Cruz *mn* 2010; Mayorga, Costa e Cardoso 2010) que indicam como a universidade brasileira foi fundada para atender a uma pequena elite responsável pela direção política do país. Sendo assim, os objetivos e valores dessa universidade foram construídos visando a reprodução quase automática da percepção desse grupo acerca de um modelo de sociedade (Cruz *et al.* 2010).

A universidade tem sido por excelência o espaço para a produção de conhecimento científico, o conhecimento tomado como verdadeiro nas sociedades modernas. Ao longo dos séculos ela se apropriou da capacidade de, por meio de seu discurso, legitimar e deslegitimar inúmeras práticas e vivências sociais (Santos 2002). Acontece que, por ser um espaço tipicamente dominado por um grupo, uma elite, específico, ela constrói/sustenta relações de poder e hierarquias em que algumas vozes são consideradas legítimas enquanto outras são silenciadas. Desta maneira, alguns sujeitos permanecem fora da ação de produção do conhecimento ou relegados a espaços específicos onde o impacto do seu conhecimento seja minimizado e deslegitimado (Cruz *et al.* 2010).

É por meio do preconceito social que se dá a manutenção das hierarquias e a inferiorização de certos grupos. O preconceito naturaliza certas diferenças como inferiores e impede que essa naturalização seja percebida como uma construção histórica, e ao mesmo tempo criam formas institucionais de inferiorizar, inserindo os grupos considerados subalternos de maneira deslegitimada nos processos de participação social (Prado e Machado 2008). Entre as diversas formas de subalternização na universidade, podemos destacar as que criam hierarquias e desigualdades de gênero e sexualidade, que legitimam a superioridade da experiência másculo-heterossexual; as hierarquias de raça, pautadas em uma pretensa superioridade estética e intelectual branco-europeia; e as hierarquias de classe, justificadas pela discriminação quanto a territorialidade, a cultura, ao restrito acesso a bens de consumo, entre outros (Cruz *et al.* 2010).

Pensar o processo de democratização da universidade interpelando questões e dilemas centrais para ela exige nos debruçarmos teoricamente sobre as normas e valores produzidos e reproduzidos na/pela universidade bem como sobre a diversidade de atores sociais no seu interior que se relacionam e se contrapõe a esses valores e normas. Análises sobre o processo de democratização da universidade precisam revelar as dinâmicas de inferiorização social que ocorrem no seu interior e, para além disso, os processos de

politização e de reflexão dessas relações tomando-a como objeto passível de (auto)reflexão e de (auto)crítica. Torna-se importante para esse propósito criar espaços para a visibilidade e análises de estratégias de enfrentamento ao preconceito e às hierarquias sociais reiteradas na/pela universidade que instauram processos de lutas sociais por reconhecimento (Honneth 2003; Reis *et al.* 2010).

Sendo assim, temos, por meio deste texto, o objetivo de localizar focos de enfrentamento às dinâmicas de subalternização, enfrentamento traduzido como luta social que expressa alguma forma de experiência privada de lesão (desrespeito) que ganha sentido ao ser problematizada e politizada (Reis *et al.* 2010). Especificamente, o objeto de interpelação desse texto é a lógica de preconceito contra sujeitos L.G.B.T. que, assim como na sociedade em geral, se dissemina na comunidade acadêmica. Pretende-se discutir essa dinâmica por meio de um estudo realizado junto a estudantes universitários militantes contra a homofobia membros de três *Coletivos Universitários de Diversidade Sexual* atuantes no estado de Minas Gerais. Esses coletivos foram escolhidos para o estudo devido ao seu potencial de:

- a) politizar relações de homofobia naturalizadas no cenário social da universidade;
- b) fortalecer sociopsicologicamente estudantes L.G.B.T. que partilham desses espaços diante de situações de preconceito;
- c) instaurar novas normativas que regulem os espaços institucionais e não institucionais da universidade, promovendo uma cultura política não homofóbica e não heteronormativa (Reis *et al.* 2010).

Pretende-se com este texto discutir a atuação desses grupos tendo como referência abordagens teóricas que explicitem o funcionamento das dinâmicas da homofobia e da heterossexualidade, bem como para abordagens que apontem para a politização dessas dinâmicas e para a emergência de lutas sociais. Primeiramente é feita uma discussão sobre a abordagem metodológica usada no estudo e em seguida apontamos como os jovens estão reinventando as formas de atuação política na contemporaneidade e como os coletivos universitários se configuram como um novo tipo de ativismo. Esses jovens inovam ao expressarem o conflito da diversidade sexual no interior das instituições acadêmicas, espaço tipicamente tido como neutro. Posteriormente buscamos caracterizar a heteronormatividade e o seu desdobramento em relações de desrespeito. Como uma norma social que define os pressupostos de reconhecimento mútuo em uma sociedade, a heteronormatividade se desdobra em relações de desrespeito contra aqueles que a transgride. Se por um lado essas relações de desrespeito podem gerar sofrimento, por outro elas possuem o potencial para a politização da opressão no espaço público e para a emergência de lutas sociais. Enquanto forma de desrespeito que atinge a população L.G.B.T., a homofobia é problematizada na quarta parte do texto bem como os relatos feitos pelos militantes dos coletivos sobre suas manifestações na instituição universitária. Uma

apresentação mais sistemática dos coletivos é feita na quinta parte tendo como foco as ações que esses grupos têm realizado para o enfrentamento à heteronormatividade institucional, enquanto na sexta parte tentamos caracterizar como esses coletivos conjugam militância com os espaços de produção do conhecimento, o que para nós se mostrou uma das grandes inovações trazidas por esses coletivos.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Os processos de desigualdade e hierarquização e seus desdobramentos em situações de preconceito e discriminação geralmente são tomados como importantes problemas, mas que, em muitos casos, são abordados de forma superficial, algumas vezes se focando apenas no indivíduo e outras vezes apenas na estrutura social, e acabam por sustentar a dicotomia indivíduo/sociedade que limita a compreensão desse tipo de fenômeno (Elias 1994). Entretanto, há estudos e concepções teóricas que contribuem para o processo de análise crítica das exclusões da sociedade brasileira e que enfocam o caráter relacional e intersubjetivo das desigualdades. O segundo grupo de estudos poderia orientar nosso olhar sobre situações de opressão de forma mais responsável, uma vez que ao longo do século vinte as ciências modernas receberam fortes críticas, como as feitas por autoras feministas (Hardin 1986; Anzaldúa 1988; Haraway 1995; Butler 2003), por terem sido responsáveis pela produção e legitimação de muitas dessas desigualdades (Mayorga et al 2010).

Sendo assim, seria possível estudar as desigualdades por meio das mesmas ciências que as produziram (Mayorga *et al.* 2010)? Seria possível estudar a homofobia a partir das mesmas categorias com as quais as ciências criaram o homossexual (Louro 2009)? Vislumbram-se duas possíveis saídas para esse dilema: a primeira seria a invenção de novas técnicas de pesquisa (tanto qualitativas quanto quantitativas) que permitissem uma melhor abordagem de problemas tão complexos; a segunda envolveria não necessariamente, mas não excludentemente, a criação de novas técnicas, mas a subversão e a parodização das técnicas existentes, assim como a subversão e parodização das normas de gênero (Butler 2003). Da mesma forma que a performance *drag* pode subverter as normas de gênero, criando a possibilidade para a ação política (Butler *op. cit.*), métodos e técnicas de pesquisa podem ser, de certa maneira, subvertidos ao dialogar com teorias de um campo crítico-emancipatório (Matos 2012), se tornando ferramentas importantes para se visibilizar experiências de exclusão. Segundo Tully (2004), examinar do que se trata o conflito exige escutar as pessoas envolvidas nas lutas “acerca” das normas de reconhecimento em seus próprios termos, atitude acadêmica que se coloca para uma ciência comprometida com a causa que ela estuda (Santos 2002).

O percurso construído que marcou o posicionamento epistemológico e político

nesse estudo foi pautado por três caminhos que organizaram a reflexão acerca dos dilemas metodológicos, a saber:

- a) a apropriação da crítica à hierarquia de saberes que influi de maneira significativa na relação entre os atores sociais estudados;
- b) produção de um conhecimento localizado em diálogo com os lugares sociopolíticos ocupados pelo pesquisador (pesquisador/militante) e pelos militantes dos coletivos estudados;
- c) a tentativa de criação de zonas de contato capazes de dialogar/traduzir os diferentes saberes (acadêmicos e militantes), que circulam entre esses coletivos. (Mayorga *et al.* 2010).

Essa investigação foi guiada pelo *paradigma da pesquisa qualitativa*. Buscou-se um aprofundamento e uma compreensão dos fenômenos sociais que caracterizam a dinâmica de atuação política dos coletivos, bem como das ideias, crenças e valores dos seus membros. Pretendeu-se também que os coletivos fossem atores ativos nessa construção. Pesquisas qualitativas são apropriadas para a definição desse tipo de fenômeno. Concordo com Flick ao afirmar que,

[...] a pesquisa qualitativa usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia a dia e em seu conhecimento cotidiano relativo à questão em estudo. Os métodos devem ser adequados àquela questão e devem ser abertos o suficiente para permitir um entendimento de um processo ou relação (Flick 2009: 16).

Através de pesquisas qualitativas torna-se possível examinar o contexto semântico das declarações dos participantes e líderes de um movimento social, o que muitas vezes é importante para entender o discurso dos ativistas no contexto social mais amplo. Esse tipo de método possibilita que os pesquisadores possam aprender sobre as visões individuais e coletivas, imaginações, esperanças, expectativas, críticas do presente e projeções do futuro em que a possibilidade de ação coletiva se sustente. Entrevistas semiestruturadas permitem ao pesquisador ter acesso a entendimentos mais nuançados de características mais abstratas, como a construção da identidade individual e coletiva. Entrevistas qualitativas são uma janela no mundo cotidiano dos ativistas e elas geram representações que incorporam as vozes dos sujeitos minimizando (o máximo possível) a voz do pesquisador (Blee e Taylor 2002).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com militantes de três coletivos universitários de diversidade sexual, o Grupo Urucum de Diversidade Sexual (atuante na Universidade Federal de Lavras - MG), o coletivo Primavera nos Dentes (da Universidade Federal de Viçosa - MG) e o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual

— GUDDS! — (da Universidade Federal de Minas Gerais - MG). Os três grupos foram escolhidos por serem atuantes no estado de Minas Gerais. Assim, foi possível que o debate sobre a participação política desses coletivos e suas estratégias para o combate à homofobia fosse feito a partir da exposição, por parte dessas/es militantes, de questões relativas às formas de atuação e a motivação dos grupos. Ficou a cargo de cada coletivo escolher quais membros iriam participar da entrevista levando em consideração a disponibilidade e a vontade de cada um. Junto ao coletivo GUDDS! , foi realizada uma entrevista coletiva¹ (Flick 2009) com três membros. A entrevista foi realizada em Belo Horizonte, na UFMG, em dezembro de 2010. Entre os entrevistados havia uma garota, estudante do curso de Psicologia, e dois garotos, um estudante de Psicologia e um de Direito. Junto ao coletivo Primavera nos Dentes, foi realizada também uma entrevista coletiva com três membros na cidade de Viçosa, na UFV, em fevereiro de 2011. Participo da entrevista uma garota, estudante do curso de Ciências Sociais, e dois garotos, um estudante de Comunicação Social e um estudante de Engenharia Florestal. Do coletivo Urucum, dado a disponibilidade, foi entrevistado apenas um garoto, estudante de Letras. Ele foi entrevistado durante o X Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES)² que aconteceu na cidade de Seropédica, Rio de Janeiro, em novembro de 2012.

As entrevistas tiveram como objetivo entender alguns aspectos da militância desses jovens relacionados a:

- a) como a instituição universitária influi na organização e atuação do grupo;
- b) que tipo de situação de homofobia na universidade esses militantes relatam; e
- c) como se dá a configuração da ação coletiva deles. O objetivo principal das entrevistas foi apreender como esses estudantes vivenciam, percebem e politizam a questão da homofobia na universidade.

COLETIVOS UNIVERSITÁRIOS DE DIVERSIDADE SEXUAL E A AÇÃO POLÍTICA DO COTIDIANO PARA O COMBATE A HETERONORMATIVIDADE NAS UNIVERSIDADES

A militância política da juventude vem sendo o tema de diversos estudos e pesquisas das diferentes áreas das ciências humanas e sociais (Augusto 2008; Castro 2009; Bacelar 2010; Mayorga *et al.* 2010). Alguns estudos trazem um diagnóstico de apatia

1 Modalidade de entrevista em que as perguntas são respondidas por mais de uma pessoa (Flick 2009). Aqui procuramos captar a opinião deles como um grupo. Na medida do possível, eles articularam as respostas em conjunto e confrontavam seus posicionamentos.

2 O Enuds é um evento de caráter político-acadêmico em torno da discussão sobre diversidade sexual-gênero-sexualidade. O encontro objetiva reunir o meio acadêmico envolvido com esse tema e almeja que o espaço universitário promova a discussão sobre gênero não se limitando apenas às preferências e práticas sexuais, mas ao questionando a manutenção de estruturas e convenções sociais injustas e discriminatórias. Esse evento acontece anualmente e congrega uma rede de grupos universitários de diversidade sexual de todo o Brasil.

política entre os jovens, isso porque eles apresentam uma perspectiva fechada do que se consideraria válido como participação política, sendo exclusivamente os canais institucionais formais, como a participação em partidos políticos, eleições, grêmios estudantis, etc. Esses estudos constataam um esvaziamento do número de jovens dos espaços formais, uma diminuição da participação em eleições (em contextos onde o voto não seja obrigatório) e na filiação a partidos políticos e, assim, afirmam que eles não estão mais interessados em militar e se engajarem politicamente (Bacelar 2010).

Entretanto, outros estudos demonstram que os jovens estão, cada vez mais, se engajando em outras modalidades de ação política não previamente determinadas nos moldes institucionais de participação (Norris 2002; Bacelar 2010; Mayorga, Prado e Castro 2012). Para Norris (2010) ao invés de uma redução na participação, o ativismo político foi reinventado nas décadas recentes através de uma pluralização nas formas das organizações que estruturam a ação política, nas ações comumente usadas na expressão política e nos sujeitos políticos que as/os ativistas procuram influenciar. Se as oportunidades para a expressão e mobilização política tem se fragmentado e multiplicado ao longo dos anos, o engajamento democrático deve ter se adaptado e evoluído a esse novo contexto ao invés de ter simplesmente diminuído juntamente com as formas tradicionais de participação (Norris 2002).

A diminuição do ativismo juvenil nos espaços das instituições políticas pode ser analisada como um sintoma de contradições internas inerentes a possibilidade de agência em um contexto fortemente normativo, como o institucional, levando os atores a preferirem uma atuação política na dimensão do cotidiano. A atuação política dos coletivos universitários traz “uma interpelação sobre essas duas dimensões, deixando a pergunta sobre quais elementos paradoxais estariam entre a participação nas instituições da política e a política do cotidiano” (Mayorga, Prado e Castro 2012: 267). Na atualidade, a relação da juventude com a política apresenta um sintoma de uma sociedade que evita enfrentar as inúmeras contradições na sua trajetória de democratização. A escolha de uma atuação política voltada para o cotidiano aqui é entendida como uma maneira de enfrentar o problema agindo a partir dos elementos que contribuem para a reprodução dessa lógica na cultura. Apesar das inúmeras dificuldades enfrentadas pela juventude para associação com a política típicas do nosso tempo (dificuldades materiais, educação, legitimidade, etc.), ela pensa e luta por um mundo mais plural e democrático, ela se preocupa em transformar a sociedade transformando a si no processo (Mayorga, Prado e Castro 2012). A participação política da juventude atualmente encontra uma série de obstáculos, uma vez que o próprio processo de se tornar sujeito militante é um processo político que envolve lutas e conflitos para se tornar sujeito de fala participativo (Mayorga *et al.* 2012),

eu era do movimento estudantil e o grupo surgiu muito da coisa dos MILITANTES L.G.B.T. do DCE, da necessidade desse debate no movimento estudantil. O que me incentivou foi isso, foi não conseguir trazer eu mesmo, enquanto sujeito pra dentro da organização que eu estava. Ai a gente começou a estudar mais, antes mesmo de formar um grupo (Militante, Grupo Urucum 2012).

Os coletivos universitários de diversidade sexual podem ser considerados como uma das novas formas de militância construída pelos jovens. Organizados dentro das universidades, a militância desses grupos se expande para toda a sociedade através das mais diversas formas de ação. Entre os membros dos grupos, há a percepção de que essa militância configura um novo meio de atuação política,

eu acho que nós estamos agora num período, num movimento muito profícuo de uma nova onda do movimento L.G.B.T., [...] da criação de novos movimentos sociais, com um novo perfil, que foge um pouco desse perfil de movimento social tradicional (Militante, Gudds! n. 02).

Os jovens estão, cada vez mais, descobrindo novas formas de se fazer política. Pensar a militância e o engajamento por meio de concepções fechadas do que seja a política e como se deve dar a participação efetiva, causa o que Santos (2002) chama de *produção de ausências e desperdício de experiências*. Quando se produz uma experiência como hegemônica e total, ao mesmo tempo se desqualificam outras possibilidades de experiências e essas passam a não ser consideradas como opções válidas tornando-se inexistentes (Santos 2002). São grupos compostos por jovens que, apesar de não levantarem abertamente a bandeira da juventude, entendem que sua militância e as relações com outras instâncias (da universidade ou da sociedade em geral) sempre são marcadas por esse caráter geracional,

[...] mas eu acho que a gente é sempre enxergada como ‘o jovem, o estudante’. Por exemplo, nosso diálogo com a administração é sempre: A Administração tratando sempre com Os Estudantes. O diálogo não é assim tão horizontal. Mas eu já acho que é uma questão da juventude, das organizações da juventude [...]. Eu digo isso porque enquanto DCE a gente também sempre está dentro dessa relação: ‘ah, são os estudantes pedindo para a administração’. Então essa hierarquia está sempre muito bem colocada e a gente está sempre nesse trabalho de tentar demonstrar que apesar de sermos estudantes, somos estudantes comprometidos com a causa, que trabalham seus projetos com seriedade (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

A experiência da juventude como sujeito político tem sido historicamente marcada pela tensão entre público e privado “em que a experiência juvenil, lida a partir de uma perspectiva adultocêntrica de sociedade, é privatizada e naturalizada pela deslegitimação

de seu potencial interpelativo” (Mayorga *et al.* 2012: 99). Nessa tensão, o reconhecimento da/do jovem como sujeito político se dá por uma mediação (adulta ou institucional) que constantemente reitera o lugar de tutela reservado a/ao jovem (Mayorga *et al.* 2012). A heteronormatividade arraigada na instituição universitária acaba não se mostrando a única norma que essas/es jovens têm de enfrentar. Em um ambiente institucional altamente hierárquico em que diferentes títulos (graduando, graduado, mestre, doutor) especificam diferentes posições que os sujeitos podem ocupar, o lugar destinado aos estudantes sempre é o da formação e o da tutela. O movimento estudantil se configura como o espaço privilegiado para as demandas discentes e qualquer posicionamento que escapem dessas expectativas não recebe o devido respaldo institucional.

Entretanto, o foco de luta desses jovens é contra a homofobia e o heterossexismo que perpassam a sociedade (em geral) e a universidade (em específico). A homofobia, especialmente a nível institucional, é responsável pela manutenção da hierarquização social entre os grupos sexualmente marcados e da legitimação da inferioridade social dos que fogem ao padrão tido como normais (Prado e Machado 2008). Há uma lógica de classificação social responsável pela inferiorização de certos grupos (nesse caso, L.G.B.T.) que naturaliza as diferenças e as hierarquias provenientes dela (Santos 2002). A homofobia atua como regulador das interações entre atores e grupos sexuais (heterossexuais e não heterossexuais) conservando a dominação social da sexualidade hegemônica (Prado; Machado 2008). As/os estudantes L.G.B.T. conseguem reconhecer situações sistemáticas de desrespeito nas universidades e tomam essa relação como motivação da militância,

outro ponto eu que eu poderia falar muito tranquilamente é certa indignação [...] por situações cotidianas dentro de um espaço comum que é a universidade. [...] É ... situações muito... que parecem muito sutis, de hostilidade nos espaços públicos. [...] Contra homossexuais, no geral. São pessoas que começaram a se questionar sobre o porquê que ser homossexual ou ter uma identidade de gênero distinta do ‘esperado’ incomoda tanto. Acho que o que mantém as pessoas atualmente no GU-DDS! é essa sensação de ter de fazer alguma coisa (Militante, Gudds! n. 01 2010).

estranho pensar isso, não é gente, que a violência faz parte, de certa forma, da constituição da nossa identidade, como identidade de grupo (Militante, Gudds! n. 02 2010).

o que a gente mais afirma é contra o sexismo, o machismo e a homofobia, entendendo isso tudo junto, não de forma separada. Pra nós o sexismo, o machismo e a homofobia são violências de gênero. No geral nosso inimigo é isso, e ele se materializa em pessoas, em instituições quanto na própria forma de ser da sociedade das coisas que não são ditas e nos consensos (Militante, Grupo Urucum 2012).

Entender a emergência da militância desses jovens contra a homofobia requer nos aprofundarmos sobre as dinâmicas desse fenômeno. Mais especificamente, precisamos

entender como a homofobia se configura como um instrumento de vigilância da heteronormatividade e como lutas sociais surgem para o seu enfrentamento. A seguir, faremos uma discussão sobre como a heteronormatividade, como uma norma social que determina os pressupostos de reconhecimentos nas sociedades e nas instituições (entre elas a universidade), atua e cria sujeitos que são subalternizados, inferiorizados e invisibilizados.

NORMA, DESRESPEITO E LUTAS POR RECONHECIMENTO

Esse estudou buscou compreender a instituição universitária a partir de uma concepção que a toma como um espaço de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto discursos, valores e práticas que instituem a heterossexualidade estabelecendo-a como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero (Prado e Junqueira 2011). A instituição universitária, assim como a sociedade em que ela está inserida, estaria atravessada pela crença na existência natural de dois sexos que estariam traduzidos em dois gêneros complementares e em modalidades de desejos igualmente ajustadas ao sexo oposto, constituindo uma sequência normativa sexo-gênero-sexualidade (Butler 2003), crença essa que denominamos aqui como heteronormatividade (Prado e Junqueira 2011). A heteronormatividade é entendida aqui como uma norma que determina os pressupostos de reconhecimento nas sociedades modernas. Segundo Junqueira (2007); “por meio da heteronormatividade, [...] a heterossexualidade é instituída e vivenciada como única possibilidade legítima (e natural) de expressão identitária e sexual” (Junqueira 2007: 10),

supõe-se, segundo essa lógica, que todas as pessoas sejam (ou devem ser) heterossexuais — daí que os sistemas de saúde ou de educação, o jurídico ou o midiático sejam construídos à imagem e à semelhança desses sujeitos. São eles que estão plenamente qualificados para usufruir desses sistemas ou de seus serviços e para receber os benefícios do Estado (Louro 2009: 90).

Compreendê-la como norma implica um duplo sentido do seu entendimento; se por um lado as normas se referem aos propósitos, preceitos e pressuposições que nos guiam, mediante os quais nos orientamos e que orientam nossas ações, por outro lado, também se refere ao processo de normalização, a maneira como certas ideias e ideais dominam a vida social e fornecem os critérios para se definir sujeitos (homens e mulheres) normais (Butler 2004b). Dessa forma, a heteronormatividade indica para uma função reguladora e normalizadora do poder, ao mesmo tempo em que é o que une os indivíduos e estabelece os pressupostos básicos de suas exigências éticas e políticas (Butler 2004b). Para Butler (2004b), a norma opera dentro de práticas sociais assim como em padrões

implícitos de normalização. Normas podem ou não ser explícitas e quando operam como princípio de normalização nas práticas sociais elas permanecem implícitas e difíceis de apreender. Nesse caso, o grande trunfo é fazer com que as normas pareçam naturais; se oculta o seu status de realidade construída e elas passam a ser tomadas como realidade naturalmente dada (Butler 2004b). Essa proposição é importante, pois permite entender melhor as dinâmicas sociais da construção e da naturalização do gênero.

A ordem de inteligibilidade de gênero na nossa sociedade determina a existência de dois gêneros (o masculino e o feminino) naturalmente decorrentes do sexo biológicos com desejos normalmente orientados ao sexo oposto. Qualquer distúrbio nessa lógica normativa constituiria gêneros tidos como falsos, cópias da matriz heterossexual original (Butler 2003). Segundo Butler (2004a), categorias sexuais que fogem ao padrão heteronormativo (como por exemplo, a *drag queen* ou a chamada lésbica “caminhoneira”) não são apenas cópias de uma heterossexualidade originária reproduzida por corpos indevidos. As próprias categorias tidas como originais (e.g. homens e mulheres) são construídas e performaticamente reproduzidas por meio da linguagem. Assim, o original se mostra tão fictício quanto a cópia. Se o gênero é performativo, segue-se que a realidade de gênero é em si produzida como um efeito da performance. Então, se a diferença sexual é tomada não como um dado, mas como uma construção, uma performance, o que sustenta essa diferença? Mulheres e homens só existem, segundo Butler (2004b), como normas sociais e são as formas pelas quais a diferença sexual assumiu conteúdo.

Quando uma determinada performance de gênero é considerada verdadeira e outra falsa podemos concluir que uma determinada ontologia do gênero condiciona esses julgamentos. Um gênero considerado falso emerge simplesmente fora da ontologia que ele “copiou”. Quando as normas de gênero operam como violência, elas funcionam como uma interpelação que podemos recusar apenas concordando em pagar sérias consequências: perder o emprego, a casa, as perspectivas para o desejo ou para a vida. Embora precisemos das normas para viver e saber em que direção ir para transformar nosso mundo social, também estamos constrangidos pelas normas de uma forma que elas geram violência a nós e que, por razões de justiça social, devemos nos opor a elas (Butler 2004b).

Segundo Butler (2004a), o corpo é o lugar onde a norma se expressa de inúmeras formas. Ele pode ultrapassá-la, refazê-la e expô-la como abertas à transformação das realidades que nós pensávamos estar confinados. As condições básicas para conformação com a norma são as mesmas condições para resistir a ela. Quando a norma aparece para garantir e/ou ameaçar a sobrevivência social, então a conformidade e a resistência tornam-se relações paradoxais com a norma, uma forma de sofrimento e um potencial espaço de politização. Embora existam normas que regem o que vai ou não ser real e o que vai ou não ser inteligível, elas são postas em causa e reiteradas no momento em que começa a sua performatividade prática. As pessoas citam normas que já existem, mas elas podem ser significativamente ressignificadas por meio da citação. Elas podem ser expostas como

não naturais e não necessárias quando ocorrem em contextos e através de formas de encená-las que desafiam a expectativa normativa. Através da prática da performatividade de gênero podemos não só ver como as normas que regem a realidade são citadas, mas podemos também entender um dos mecanismos pelos quais a realidade é reproduzida e pode ser contestada (Butler 2004b).

Um dos objetivos de Butler (2003) ao apontar o funcionamento da estrutura normativa é mostrar como ela pode ser interpelada e até mesmo ressignificada. Ao trazer a experiência da *drag*, a autora não aponta apenas para o fato de o gênero ser uma série de marcadores corporais que podem ser aprendidos e performatizados por qualquer corpo; mas também para o fato de que expor essa fragilidade do sistema sexo/gênero contribuiria para a desconstrução desse sistema. A autora está interessada em encontrar possibilidades de rompimentos dentro da norma vigente de modo que essas formas de vivência não consideradas como legítimas possam questionar o status quo em si (Salih 2012). Uma luta por reconhecimento emerge toda vez que a experiência vivida acerca das normas de reconhecimento mutuo de indivíduos ou coletivos se tornar insuportável para ele/s; então essas normas são desafiadas e elas se tornam espaço de contestação (Tully 2004). Essa experiência é sentida, por assim dizer, por meio de situações de desrespeito que prejudicam a autorrealização dos sujeitos,

é do entrelaçamento interno de individualização e reconhecimento, esclarecido por Hegel e Mead, que resulta a vulnerabilidade particular dos seres humanos, identificada com o conceito de ‘desrespeito’: visto que a autoimagem normativa de cada ser humano, de seu ‘Me’, como disse Mead, depende da possibilidade de um resseguro constante no outro, vai de par com a experiência de desrespeito o perigo de uma lesão, capaz de desmoronar a identidade da pessoa inteira (Honneth).

O dano causado pelo desrespeito pode ser comparado, muitas vezes, com a enfermidade física. Essa comparação possibilitaria entender, a partir de uma visão mais geral, o que contribuiria para a saúde psíquica dos sujeitos, ou seja, como garantir normas de reconhecimento “protegidas” do sofrimento (Honneth 2003). Essa visão do desrespeito está assentada em uma dialética entre a autonomia e a opressão em que os obstáculos que surgem ao longo das ações dos sujeitos (vivência da exclusão) podem se converter em indignação. O desrespeito é a concretização da opressão e pode cercear a autorrealização, mas também pode fomentar uma reflexividade que está no coração da autonomia e da consequente possibilidade de emancipação (Mendonça 2009).

Há, segundo Honneth (2003), três formas de desrespeito; a primeira é relativa àquelas que afetam a integridade corporal dos sujeitos que podem se tratar de maus-tratos, violência corporal ou a retirada das possibilidades da livre disposição sobre seu corpo. Segundo o autor, se apoderar do corpo de uma pessoa contra a sua vontade, independentemente da intenção, provoca um grau de humilhação que interfere destrutivamente

na autorrelação prática de um ser humano. Podemos citar vários casos em que a homofobia se expressa como essa forma de desrespeito, como espancamento de homossexuais, estupro corretivo (comumente feito contra lésbicas), apedrejamento em vias públicas e assassinatos (Borrilo 2010). A segunda forma de desrespeito Honneth busca nas experiências de rebaixamento que afetam o autorrespeito moral do sujeito, ou seja, “aos modos de desrespeito pessoal, infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade” (Honneth 2003: 216). A impossibilidade de validação das uniões amorosas por meio do casamento para pessoas não heterossexuais é o exemplo mais comum. O não reconhecimento desse direito acarreta a negação de uma série de outros direitos relacionados à constituição da família, como adoção com guarda compartilhada ou direito a pensão alimentícia (Borrilo 2010). Quanto a terceira forma há a referência negativa ao valor de certos indivíduos e grupos, que afeta a autoestima dos sujeitos. A hierarquia social de valores que compõe a lógica da concessão de estima social tira de certos sujeitos a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades quando ela é estruturada de forma que não respeite algumas formas de vida ou modos de crença ao tratá-las como de menor valor ou deficientes (Honneth 2003). Essa forma de desrespeito geralmente assume a forma de xingamentos, chacotas, piadas pejorativas, etc.

Se por um lado compreender o fenômeno da opressão contra sujeitos L.G.B.T. por esse ponto de vista teórico possa se mostrar limitado (ao definir arbitrariamente apenas três formas de desrespeito como universais), por outro ele se mostra um bom ponto de partida, uma vez que ele leva em consideração fatores corporais, pessoais, sociais e institucionais na sua definição. Podemos ressaltar que, à primeira vista o conceito de desrespeito se mostra insuficiente para descrever a experiência de opressão vivenciada como desdobramento da heteronormatividade; uma análise mais profunda pode mostrar que esse conceito se revela útil por:

- 1) considerar a vivência da opressão em diferentes âmbitos da vida (do pessoal ao institucional); e
- 2) estar contextualizado em quadro teórico em que a vivência da opressão só faz sentido analítico se tomado em referência a politização dessa relação e de sua materialização em lutas sociais (Honneth 2003).

Para compreendermos a ação política dos coletivos universitários de diversidade sexual mineiros, torna-se importante entender como a heteronormatividade se desdobra em situações de desrespeito. Entretanto, a concepção corrente do desrespeito (Honneth 2003) o toma fora de uma lógica de poder, o que faz com que ele seja visto como ocorrência ocasional e não como um instrumento da manutenção da ordem normativa. Embora a ideia de reconhecimento dê grande visibilidade as diversas formas com que lutas em torno da identidade se encontram no coração de muitos movimentos sociais e políticos contemporâneos, ela analisa esses conflitos a partir de uma compreensão redutora do

poder. A dinâmica face-a-face que é intrínseca à ideia de reconhecimento não relaciona as desigualdades aos aspectos sócio-estruturais do poder (McNay 2008). Uma perspectiva convencional sobre a política de reconhecimento tende a conceber os sujeitos como agentes humanos pré-existentes que pedem o reconhecimento, obscurecendo efetivamente as relações de poder que determinam quem “conta” ou “importa” como um sujeito reconhecível e quem não (Butler e Athanasiou 2013). Por não levarem em consideração essas dinâmicas que operam na construção das desigualdades e do desrespeito, muitos autores perdem de vista que muitas formas de reconhecimento acabam por servir como instrumentos de dominação ao invés de emancipação. Longe de resultar em um entendimento da subjetividade mais robusto e dialógico, as teorias do reconhecimento acabam por utilizar conceitos muitas vezes abstratos e desconectados do fenômeno estudado (McNay 2008). As relações de poder são sempre vistas como efeitos posteriores às relações intersubjetivas, assim, por exemplo, opressão de gênero seria compreendida como uma forma de não reconhecimento interpessoal em vez de também como opressão sistemicamente gerada (McNay 2008).

Honneth (2003) afirma que, se as normas sociais pressupostas como válidas são infringidas por meio do desrespeito, instaura-se conflitos “morais” no mundo da vida. A parte que possui suas ações perturbadas constitui o acúmulo de experiências em que as reações emotivas morais dos seres humanos os levam a estar dispostos a tentar alguma mudança no quadro social (Honneth 2003). Butler (2004a) se apoia na ideia que o reconhecimento, além de ser a forma ideal que o processo comunicativo assume como processo transformativo, corre constantemente o risco de destruição em seu próprio processo constitutivo. Entretanto, para Honneth (2003), a destruição é uma ocorrência ocasional e lamentável e que não vem a constituir reconhecimento essencialmente. Segundo Butler (2004a), a negação é um momento igualmente vital no processo de reconhecimento e que qualquer apelo à aceitação da alteridade não pode dar ao luxo de deixar de fora a possibilidade do colapso do reconhecimento em dominação (Butler 2004a).

Assim, tomamos o reconhecimento como um processo sustentado por normas específicas que determinam se e como posso reconhecer o “Outro” ou se e como eu posso ser reconhecido pelo “Outro”, mas, mais significativamente, como as normas produzem um “eu” e um “Outro” em uma relação de co-constituição reflexiva e projetiva. Temos aqui uma forma de entender a constituição social do sujeito que carrega em si o poder e o risco de desconstituição. Nessas circunstâncias, se fossemos definir a nós mesmo em um mundo em que a linguagem disponível para nosso reconhecimento social nos transforma em seres abjetos, então teríamos que desenvolver uma crítica dos sistemas contemporâneos de inteligibilidade que governam essa constituição. A questão não é clamar por reconhecimento a todo custo, em conformidade com os esquemas de inteligibilidade, mas examinar os custos do reconhecimento, a luta pela sobrevivência. Como resultado, podemos desconstruir as categorias que nos constroem como sujeitos e clamar por

um modo de definição que não esteja ancorado na categorização social vigente (Butler e Athanasiou 2013).

Se as normas vigentes decidirem quem vai contar como um ser humano ou como um sujeito de direitos, então podemos ver que aqueles que permanecem não reconhecidos estão sujeitos à precariedade. Assim, a distribuição diferencial de normas de reconhecimento implica diretamente a distribuição diferencial da precariedade. Quando essas normas levam à criminalização e/ou à patologização, então pode ser que a própria perspectiva de vida surge precisamente “fora” da norma, contra a sua violência, e através de meios que passam sob o radar dos regimes de reconhecimento (Butler e Athanasiou 2013). A luta por reconhecimento irrompe sempre que as normas prevaletentes marginalizam alguns dos indivíduos ou grupos sujeitos a ela; eles então a desafiam e a transformam em local de contestação. As razões para um desafio podem ser várias: porque a norma vigente não reconhece alguns membros em todo (exclusão), ela os inclui e os assimila, é imposta de forma não democrática ou os reconhece e os induz a realizar e afirmar sua identidade de uma maneira folclórica ou manipuladora (Tully 2004).

Tomar as lutas por reconhecimento como sendo em torno das normas nos leva a entender o conflito não como uma luta de uma minoria em relação a outros atores que são independentes, não afetados e neutros com relação à forma de reconhecimento de que a minoria procura. Em vez disso, a luta social sempre põe em causa e, se bem sucedida, modifica as formas existentes de reconhecimento recíproco dos outros membros do sistema que a “minoria” é membro. Nenhum membro (incluindo parlamentos, tribunais e estados) é transcendente ao campo de luta. Não pode haver soluções monológicas, transmitidas de uma comunidade teórica, jurídica ou política. Qualquer resolução tem que ser trabalhada, tanto quanto possível, por meio de diálogos entre aqueles que estão no campo sujeitos à norma do reconhecimento mútuo contestada (Tully 2004). Para efeitos de uma transformação democrática radical, precisamos saber que nossas categorias fundamentais de reconhecimento podem e devem ser ampliadas para se tornar mais abrangente e mais sensível a toda a gama de pessoas. Isso não significa que devemos incluir a todos em uma categoria social. A categoria que deve ser submetida a uma reformulação que deve emergir como resultado de traduções culturais a que ela se submete (Butler 2004b). Uma luta por reconhecimento no interior do ambiente acadêmico envolveria não apenas os sujeitos em luta e seus opositores diretos, mas também toda a comunidade acadêmica (discentes, docentes, administração etc.) e o próprio campo científico em si.

RELAÇÕES DE DESRESPEITO, PRECONCEITO SOCIAL E HOMOFOBIA

Quando as normas sociais determinam que certos sujeitos não sejam seres

humanos “válidos”, situações de desrespeito são instauradas e vivenciadas por eles que, quando politizadas, podem fazer emergir lutas sociais para o seu enfrentamento. No caso de muitos grupos o desrespeito se manifesta na forma de preconceitos como o racismo e a homofobia. Quando as lutas por reconhecimento de algum grupo são estudadas, torna-se necessário caracterizar as relações de preconceito que atuam contra eles. Mais especificamente, para se entender as lutas por reconhecimento de grupos L.G.B.T. precisamos entender como se dão as dinâmicas da homofobia e como ela serve para a manutenção da heteronormatividade. Compreender essa forma de preconceito possibilita captar 1) a motivação desses grupos; 2) a crítica feita por eles à estrutura social. O preconceito é estruturado a partir da economia do pensamento, a generalização de situações vividas em categorias partilhadas socialmente, uma função cognitiva necessária à organização do cotidiano social dada a estrutura complexa das atividades diárias em uma sociedade. Essa simplificação só se torna possível ao assimilarmos os valores culturais dominantes (as normas) que produziram a coerência das práticas sociais (Prado e Machado 2008). “Esse processo engendra um conjunto de valores morais que nos ajudam a simplificar a complexidade e os dilemas que interpelam a ordem social, uma vez que todos participam e constituem suas identidades a partir dele” (Prado e Machado 2008: 75). Quando normas violentas (como a heteronormatividade) são assimiladas, valores e práticas contrários aos sujeitos transgressores da norma são disseminados socialmente e tomam a forma do preconceito social. O preconceito se torna um instrumento de produção e reprodução de certas normas ao coibir que certos sujeitos as transgridam.

Assim, o preconceito é tomado como um mecanismo de manutenção da legitimação da inferiorização e da hierarquização entre grupos que constantemente assume a forma de ódio e violência de uns sujeitos sobre os outros (Prado e Machado 2008.). “Ele atua ocultando razões que justificam determinadas formas de inferiorizações históricas, naturalizadas por seus mecanismos” (Prado e Machado 2008: 67). Além disso, o preconceito produz e sustenta certas concepções ideológicas e cognitivas sobre a legitimidade ou a ilegalidade das maneiras como o mundo público pode ou não ser interpelado (como, por exemplo, devemos/podemos manifestar publicamente nosso afeto ou não). Como um regulador das interações entre os atores e grupos sociais, o preconceito social é tomado como um mecanismo voltado para a conservação e a extensão dos processos de dominação social, tarefa essa com a finalidade de não permitir que relações de subordinação sejam politizadas e problematizadas na arena pública (Prado e Machado 2008). No campo da sexualidade, o preconceito social é responsável por produzir a subalternidade de certas identidades sexuais legitimando práticas de inferiorização social como a homofobia. Ao se utilizar de atribuições negativas advindas da moral, da religião e, sobretudo, da ciência, o preconceito contra sujeitos não heterossexuais (ou L.G.B.T. mais especificamente) é responsável por produzir a hierarquia sexual, uma valoração das sexualidades consideradas mais aptas para a vida em sociedade que tem como campo normativo e

regulador a heteronormatividade (Prado e Machado 2008).

Ao longo dos últimos séculos foram construídas (e são construídas até hoje) inúmeras estratégias de produção de discursos (jurídicos, religiosos, educativos, psicológicos, etc.) que afirmavam quais sujeitos e práticas poderiam ser considerados como sadios ou doentios; quais seriam positivos e quais seriam negativos. Os saberes e verdades construídos ao longo dos séculos servem para sustentar determinadas relações de poder e os grupos mais socialmente coesos foram (e são) capazes de alcançar os espaços de produção desses discursos (Louro 2009:88),

ao final do século XIX, serão homens, médicos e também filósofos, moralistas e pensadores (das nações da Europa) que vão fazer as mais importantes ‘descobertas’ e definições sobre os corpos de homens e mulheres. Será o seu olhar ‘autorizado’ que irá estabelecer as diferenças relevantes entre sujeitos e práticas sexuais, classificando uns e outros a partir do ponto de vista da saúde, da moral e da higiene. Não é de estranhar, pois, que a linguagem e a ótica empregadas em tais definições sejam marcadamente masculinas; que as mulheres sejam concebidas como portadoras de uma sexualidade ambígua, escorregadia e potencialmente perigosa; que os comportamentos das classes média e alta dos grupos brancos das sociedades urbanas ocidentais tenham se constituído na referência para estabelecer o que era ou não apropriado, saudável ou bom.

As práticas afetivas e sexuais exercidas por pessoas do mesmo sexo, até então, não haviam sido nomeadas, muito menos os sujeitos que as praticavam. Eram consideradas como acidentes ou pecados eventuais e, em muitas sociedades (variando muito o grau de aceitação em cada uma), eram sujeitas a certos tipos de punições. Entretanto, essas práticas não se mostravam definidoras da constituição os sujeitos. A partir de então, as práticas e os sujeitos passaram a ser nomeados; são “criadas” a homossexualidade e o homossexual (Louro 2009). “O homossexual não era simplesmente um sujeito qualquer que caiu em pecado, ele se constituía num sujeito de outra *espécie*” (Louro, op. cit.: 88). A homossexualidade passa a designar uma prática desviante considerada perniciosa e perigosa e o/a homossexual o seu praticante e, por isso, ele/a é tomado/a como um “ser” de status humano “essencialmente” inferior. Uma vez nomeado o “desviante” e “anormal”, era preciso definir as práticas sexuais consideradas normais e naturais. “Cria-se” a heterossexualidade e o heterossexual como padrão de normalidade e naturalidade e estabelece-se uma hierarquia entre as sexualidades que apontam o que é legítimo (a heterossexualidade) e o que não é (a homossexualidade). Os discursos sobre essa hierarquia sexual disseminam-se nas várias instâncias da sociedade, mas as relações de poder que operam em suas bases são invisibilizadas, não apontam para o jogo político entre os grupos, esses discursos passam a ser vistos como a ordem natural das coisas. Segundo Louro,

[...] a manutenção dessas posições hierarquizadas não acontece sem um investimento continuado e repetitivo. Para garantir o privilégio da heterossexualidade — seu *status* de normalidade e, o que ainda é mais forte, seu caráter de *naturalidade* — são engendradas múltiplas estratégias nas mais distintas instâncias (na família, na escola, na igreja, na medicina, na mídia, na lei). Através de estratégias e táticas aparentes ou sutis reafirma-se o princípio de que os seres humanos nascem como macho ou fêmea e que seu sexo — definido sem hesitação em uma destas duas categorias — vai indicar um de dois gêneros possíveis — masculino ou feminino — e conduzirá a uma única forma normal de desejo, que é o desejo pelo sujeito de sexo/gênero oposto ao seu (Louro 2009: 89).

Borrillo (2010) afirma que a homofobia (forma de desrespeito direcionada a quem desvia dos padrões heteronormativos) funciona como o guardião da norma de gênero buscando garantir a sua constante reprodução. Entender a dinâmica do preconceito e da discriminação é, antes de tudo, perceber como se manifesta a relação de poder entre os grupos e como essa relação é construída historicamente. O preconceito, “uma vez que se estrutura a partir de um conjunto abstrato de valores sociais que só encontra substância no comportamento individual” (Prado e Machado 2011: 75), deve ser concebido levando-se em consideração simultaneamente seus aspectos sociais e individuais e como esses aspectos se retroalimentam. Assumindo o preconceito como uma forma de desrespeito e o colocando sob uma perspectiva de poder, entendemos que o desrespeito passa a ser tomado como, ao invés de infrações a norma social estabelecida, um instrumento de manutenção da lei e de produção do próprio sujeito que ele desrespeita (nomeia). A lógica do desrespeito passa a ser vista como produtiva do desrespeitado que é construído para ocupar esse lugar de subalterno.

Como forma de preconceito social que atinge sujeitos L.G.B.T., a homofobia tem sido comumente referenciada a um conjunto de emoções negativas (aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a esses sujeitos. Essa concepção restringiria muito a entendimento uma vez que ela “implica limitar a compreensão do fenômeno e pensar o seu enfrentamento somente com base em medidas voltadas a minimizar os efeitos de sentimentos e atitudes de ‘indivíduos’ ou de ‘grupos homofóbicos’” (Prado; Junqueira, 2011: 57). À essa percepção escaparia o papel ativo das instituições na produção da homofobia (Prado e Junqueira 2001). O termo homofobia acaba sendo considerado, muitas vezes, insuficiente para designar os fenômenos sociais e institucionais do preconceito e da discriminação contra L.G.B.T. e algumas/uns autoras/es defendem que ele está diretamente vinculado às suas concepções psicológicas e individuais (Junqueira 2007; Rios 2009).

Borrillo (2010) faz uma análise mais detalhada do termo e dos seus diferentes aspectos. Segundo ele, o termo *homofobia* designa, basicamente, dois aspectos da mesma realidade: “a dimensão pessoal, de natureza *afetiva*, que se refere à dinâmica psicológica

do fenômeno e está relacionada a emoções negativas (ódio, repulsa, aversão, etc.) em relação aos homossexuais; e a dimensão cultural, de natureza cognitiva, que se refere “à dinâmica social relacionada à forma como se enxerga o outro a partir de sua pertença a um grupo, em que o objeto da rejeição não é o homossexual enquanto indivíduo, mas a homossexualidade [...]” (Borrillo 2010: 22). Outra forma de classificar o termo está relacionada ao seu aspecto geral e ao seu aspecto específico. *Homofobia Geral* é a manifestação da discriminação em relação ao sexo/gênero das pessoas, ela se direciona a pessoas que demonstram características atribuídas ao outro gênero que não o seu. A homofobia estrutura um sistema de “vigilância de gênero” que procura impedir que as pessoas atravessem os limites de cada gênero. Já a *homofobia específica* se direciona aos grupos sexuais não heterossexuais (lésbicas, gays, travestis, transexuais, bissexuais, etc.), ela assume dinâmicas específicas de acordo com as características particulares de cada grupo. Alguns autores e militantes propuseram a definição de termos específicos (como gayfobia, lesbofobia, transfobia etc.) para descrever essas situações de discriminação (Borrillo 2010).

Entendendo a *heteronormatividade* como uma *norma* que regula a relação entre sujeitos e a distribuição do poder e oferece coerência social à sociedade e às instituições (Buttler 2004b), podemos perceber como ela pode se desdobrar em situações de desrespeito contra sujeitos L.G.B.T.. Compreender a homofobia a partir dessa concepção nos permite apontar para seu caráter institucional. Por mais que não preguem uma política de ódio explícito aos/as homossexuais, as instituições (em geral) e seus agentes (em específico), por estarem pautadas pela heteronormatividade, partilham da ideia de “superioridade” e de “naturalidade” da heterossexualidade. Assim, por mais que se preconize a tolerância nas instituições, não se estranha o fato de homossexuais não usufruírem os mesmos direitos que os/as heterossexuais; ou que sejam naturais medidas adotadas cotidianamente (conscientemente ou não) que relembrem esses/as sujeitos (por meio de brincadeiras, insultos, escárnio e até mesmo repressão pública) a “transgressão” que cometeram e qual seria o seu “verdadeiro” sexo/gênero (Borrillo 2010). Essa lógica está presente na comunidade acadêmica não apenas nas opiniões e ações dos sujeitos, mas também nos valores institucionais normalmente considerados neutros e objetivos. A instituição universitária além de perpetuar essa lógica nas ações de seus membros, a produz e reproduz em seus currículos, regras e regimentos internos e na construção do conhecimento (Cruz *et al.* 2010; Prado e Junqueira 2011).

Os membros dos coletivos universitários de diversidade sexual conseguem pontuar várias situações de desrespeito nas universidades. São situações sutis que estão naturalizadas no cotidiano universitário e dificilmente são percebidas como atos de homofobia, muitas vezes devido ao fato de que eles não são diretamente dirigidos aos homossexuais e são tomados como brincadeiras. Um exemplo disso foi o chamado “trote homofóbico” feito pelos estudantes dos cursos de engenharia da UFMG,

o trote homofóbico é o trote que vinha da engenharia, com os alunos calouros sendo guiados por veteranos que passavam em frente a FAFICH [Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas] e cantavam: “Um, dois, três, quatro, na FAFICH só tem veado. Quatro, três, dois, um, eles dão para qualquer um”. Depois eles caminhavam até a [Escola de] Belas Artes e faziam bunda-lêlê e falavam: “Êh, êh, tem bicha querendo aparecer; êh, êh, vai morrer”. [...] é interessante de notar na equipe de segurança e em toda a universidade, que o trote homofóbico, por exemplo, acontece na universidade a anos, mesmo quando o GUDDS! identificou em 2007 já havia acontecido a alguns anos, e a universidade simplesmente não enxergava, não via (Militante, Gudds! n° 03, 2010).

aliás, mesmo quando ela enxerga, ela diz não perceber que isso é homofóbico. Palavras do próprio [diretor para assuntos estudantis na época] (Militante, Gudds! n° 02, 2010).

Um ponto interessante desse fenômeno é perceber que aqui não são apenas as relações hierárquicas de gênero que estão em jogo, a hierarquia de valores entre as áreas da construção do conhecimento (Cruz *et al.* 2010) é evidenciada na atitude desses alunos. Alunos de uma área considerada superior (a engenharia) se sentem autorizados a insultar os alunos de uma área considerada inferior (filosofia, ciências humanas e artes) atribuindo-lhes características sexuais consideradas como abjetas e inferiores (Butler 2003). Os alunos da engenharia aqui manifestariam no trote toda sua pretensa superioridade ao reafirmar sua masculinidade e virilidade frente ao outro, que seria científica e sexualmente inferior (Welzer-Lang 1994; Borilo 2010; Cruz *et al.* 2010). Essa situação demonstrou não apenas uma situação de homofobia por parte dos alunos do curso de engenharia, ela também fez a denúncia de elementos que constituem o ideal de sujeito construído e propagado pela instituição universitária. Ao se omitir da questão e permitir que esse tipo de situação seja recorrente em seu interior, a instituição reafirma as lógicas e relações de poder que as situações de desrespeito sustentam.

Há certa resistência por parte das instituições em admitir o termo homofobia em situações concretas de desrespeito em seu interior. Elas adotam diversas estratégias discursivas com o intuito de afastar a ideia de que experiências de desrespeito homofóbico possam ser produtos diretos da sua dinâmica de funcionamento. As instituições e seus agentes são resistentes ao falarem de determinados sujeitos e das formas de violação de direitos institucionalmente sofrida por eles (Prado e Junqueira 2011). Falar e explicitar tais dinâmicas “poderia implicar processos de reconhecimento, não só de suas existências, mas também de suas condições como sujeitos de direitos. E, ainda, implica problematizar dinâmicas institucionais, relações de poder, rotinas, normas e hierarquias”. (Prado e Junqueira 2011: 59),

aí houve uma censura [...] Cartazes que tinham transexuais seminuas. A gente fez o colaço depois que acabou a aula, às vinte e três horas da noite e quando

a gente acordou e chegou lá, às sete horas da manhã, alguns cartazes tinham sido retirados. A gente teve esse tipo de postura da universidade. Foram os seguranças da universidade que retiraram (Militante, Grupo Urucum 2012).

A heteronormatividade está tão arraigada na sociedade e nas instituições, que atos homofóbicos são proferidos com naturalidade e dificilmente são percebidos como violência pela comunidade. É uma dinâmica perversa da homofobia institucional em que, a menos que sejam identificadas situações extremas de violência, as relações de desrespeito ficam mascaradas como brincadeiras legítimas feitas por parte do grupo “naturalmente considerado superior” contra o outro que “mereceu” ser alvo desses atos por romperem os papéis desempenhados por homens e mulheres (Borrillo 2010). Os coletivos universitários de diversidade sexual procuram denunciar como essas ações, apesar de não partirem de um ódio extremo a um ou alguns homossexuais em específico, são violentas ao atribuir um status humano naturalmente inferior a sujeitos não heterossexuais.

Como seria de se esperar, a homofobia como instrumento de manutenção da heteronormatividade, também se volta contra esses coletivos organizados para seu combate. Membros do grupo dominante consideram ilegítima a luta por direitos de L.G.B.T. e se sentem autorizados (muitas vezes até compelidos) a agirem contra eles. Essas ações, assim como no caso do trote, vêm em forma de sátira e chacota pública e não são consideradas formas de homofobia pela comunidade. O coletivo Primavera nos Dentes enfrentou um caso desse tipo em 2010 na Universidade Federal de Viçosa,

então, no ano passado [2010] surgiu um grupo para satirizar o Primavera. Que tinha o nome de ‘Calcinha nos Dentes’, que usou o modelo da nossa logo, usou a mesma fonte, pra satirizar mesmo, colocou Calcinha nos Dentes, para afirmar o Orgulho Hetero. Então era assim: “Ah, já que vocês podem ter o orgulho gay, a gente pode ter o nosso orgulho hetero’. Então a gente fez uma carta resposta para eles, aí que eles começaram a achar ruim mesmo e começaram a se juntar, falaram que iam formar um movimento, e até fizeram certa ameaça: “Nos aguardem em 2011” (Militante, Primavera nos Dentes n. 02 2011).

O coletivo já foi alvo de ações mais agressivas em relação a sua presença no espaço público que podem ser consideradas reflexo de uma *homofobia afetiva* (de tipo psicológico) que aponta para uma aversão a homossexuais. Segundo um de seus membros,

quando foi em 2009, que a gente organizou pelo segundo ano o bloco L.G.B.T. para a Marcha Nico Lopes, que é um evento do DCE. É uma marcha de protesto dos estudantes e a gente organizou um bloco contra a homofobia. Aí a gente teve um caso aqui que foi bem assim... que ganhou até uma visibilidade nacional, que foi um estudante daqui da universidade [UFV] que pegou a bandeira do nosso bloco, que era uma bandeira do arco-íris e queimou. No meio da Marcha Nico Lopes

ele queimou a bandeira e aí isso foi filmado, e a gente entrou com um processo administrativo (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

Surpreende pensar que manifestações tão fortes de preconceito ocorram dentro do ambiente universitário, uma vez que se espera que, com mais instrução as pessoas tenham menos preconceito. O problema é que a heteronormatividade se encontra arraigada nas próprias lógicas de funcionamento das instituições, inclusive as instituições de ensino (e nas universidades, especificamente) (Prado e Junqueira 2001). Na universidade, a heteronormatividade não seria apenas um reflexo do mundo exterior em que suas manifestações seriam apenas atos dos sujeitos isolados, ao contrário, a universidade “consente e cultiva a homofobia, repercutindo o que se produz fora dela, mas oferecendo uma contribuição específica para a atualização e o enraizamento do fenômeno” (Prado e Junqueira 2011: 68). Dessa forma, as instituições de ensino falham ao construir uma educação democrática, que visa o respeito e a cidadania igualitária.

Prado e Machado (2008) afirmam que nas relações de opressão pode ocorrer de os sujeitos subordinados questionarem a ordem social vigente e reconhecerem sua inferiorização como historicamente construída e, assim, “evocam suas identidades como posições ameaçadas no campo dos direitos por outros atores sociais” (Prado e Machado: 69). Esses coletivos surgem com o objetivo de construir espaços de conversa e troca de experiências. Esses espaços possibilitaram a construção da consciência e da identidade social dos/as estudantes e da percepção e politização das relações de desrespeito,

o GUDDS! começou em 2007, com a ideia de alguns alunos da Psicologia que tinham uma demanda muito localizada em relação a entender o preconceito [contra L.G.B.T.] e como se dá a sexualidade na universidade e aqui na FAFICH. Aí dentro desse contexto a gente começou a se encontrar no milhoal e conversar sobre a vivência de cada um aqui dentro [...] (Militante, Gudds! n. 03 2010)

então, o Primavera surgiu em 2008. Ele surgiu a partir de uma calourada do DCE, que na época era a gestão Gira Mundo e a calourada teve como tema “Democracia de verdade só com respeito à diversidade” (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011)

tudo isso que a gente está dizendo se encontra num grupo que é um grupo de... nosso, que a gente discute experiências nossas, ligadas à violência, localizados nas nossas áreas de conhecimento; isso cria uma autonomia que empodera o grupo de alguma forma, os indivíduos, e nos fortalece com ações políticas (Militante, Gudds! n. 03 2010).

Dessas conversas informais, esses alunos logo perceberam a necessidade da atuação para alterar essa situação. Se em um primeiro momento há o reconhecimento de pertença a um grupo, posteriormente localizam-se situações de opressão e a necessidade de atuação política para alterar esse quadro. (Prado 2002)

o Primavera nos Dentes é um grupo de diversidade sexual, que atua dentro da universidade, mas não apenas dentro da universidade. A gente procura... a gente busca combater a homofobia e todo tipo de desigualdade social que ocorre, mas mais na linha da homofobia. [...] A gente tenta esclarecer mais as pessoas de o quê que é essa diversidade sexual, de onde que vem. Mais é tirar esse conceito de anormalidade que tem [...] (Militante, Primavera nos Dentes, n. 03 2011).

Assim, o reconhecimento por parte dos sujeitos L.G.B.T. da situação de opressão e da norma heterossexista institucionalizada como causadora dessa opressão possibilita a emergência de identidades políticas desse grupo. Podemos notar a importância da expressão dos antagonismos em que os sujeitos coletivamente reconhecem as relações de opressão e as enfrentam através das ações por equivalência de poder e direitos (Prado 2002). De acordo com Mouffe (2005) essa dinâmica do antagonismo traz os elementos do poder e da disputa para o jogo democrático entre os grupos, mas não como uma relação em que os sujeitos envolvidos sejam inimigos mortais no campo de luta, mas sim uma relação em que eles sejam, apesar de irreconciliáveis, opositores legítimos um do outro, e que haja equivalência política entre eles. Assim, a luta L.G.B.T. não visa acabar politicamente com os heterossexuais ou com a heterossexualidade, muito menos eliminar as diferenças identitárias entre os dois grupos e torná-los homogêneos, mas sim transformar a norma institucional que hierarquiza as relações entre eles.

REPERTÓRIOS DE AÇÕES

Os militantes dos coletivos universitários de diversidade sexual articulam diferentes formas de atuação para o enfrentamento à homofobia nas universidades. Em seus *repertórios de ação* eles realizam atividades clássicas de militantes de movimentos sociais L.G.B.T., como protestos, petições e organização de eventos de visibilidade (como a Parada do Orgulho L.G.B.T.). Eles também constroem espaços de debate e diálogo, como debates públicos e engajamento em grupos de discussão e trabalho na formulação de políticas públicas. Essas ações são atravessadas por atividades de cunho acadêmico, como a organização de seminários, congressos e cursos/oficinas de capacitação; marcadas sempre pelo envolvimento por parte de alguns membros em atividades de pesquisa e extensão em parceria com outros grupos das universidades. Entre as atividades tipicamente militante e ativista (Young 2001) realizadas pelos coletivos universitários eles citaram protestos de denúncia contra violência homofóbica. Essas ações de protestos têm crescido ao longo dos anos e que cada vez mais as pessoas e os grupos têm se utilizado desse tipo de mobilização em sua militância (Norris 2002). Interpelar o sistema por meio de

protestos tem sido a maneira clássica como militantes tem pautado seus temas na sociedade. McAdam; Tarrow e Tilly (2009),

por exemplo, a gente fez um colaço na universidade. Foi no dia 17 de maio, dia internacional de luta contra a homofobia, aí a gente pregou diversos cartazes, com diversas mensagens. A gente fez um colaço na cidade inteira com muitos cartazes, no centro da cidade, na universidade inteira. A gente colocou uma bandeirona do arco-íris na porta da universidade. A gente deu entrevista na televisão, na rádio. Fizemos uma fala lembrando esse dia (Militante, Grupo Urucum, 2012)

na moradia universitária, um menino foi agredido, um homossexual por ser gay ele foi agredido, foi espancado e a instituição, UFMG, não falou nada, não se pronunciou sobre o caso. E foi um caso que chegou a sair nos jornais, foi noticiado, deu uma grande repercussão e a UFMG se calou, fingiu que não viu. Então nós protestamos fechando nossos olhos denunciando que a UFMG estava de olhos vendados para a homofobia (Militante, Gudds! N. 02, 2010).

Esses militantes também entendem a importância de repertórios clássicos de combate a homofobia e visibilidade ao tema e algumas/uns delas/es, em algum momento, se envolveram na organização de eventos como as Paradas do Orgulho L.G.B.T.,

a gente ficou sabendo que ia ter a Primeira Parada Gay de Viçosa, que a gente foi chamada para construir também (Militante, Primavera nos Dentes, n. 03 2011).

Entre ações de diálogo construídas dentro e fora das universidades, eles citaram debates públicos com a comunidade acadêmica. A construção de canais de diálogo com a comunidade como um todo é importante pois permite que os militantes exponham seus pontos de vista, sejam ouvidos/os e ouçam o que a comunidade tem a dizer (Young 2001),

teve o debate público. O debate funcionou como uma denúncia, um resgate histórico do que o GUDDS! estava vivenciando. E esse vivenciando é dizer de apontamentos de uma homofobia institucional dentro da universidade desde a história das faixas, do trote homofônico. Teve a presença do reitor, foi um debate muito bacana, com a presença de outros movimentos sociais fora da universidade, com o centro de referência [L.G.B.T.] (Militante, Gudds! n. 03 2010).

Esses coletivos apontam a relação que eles têm com espaços de produção de conhecimento como de grande relevância para sua atuação. Essa interseção entre academia e militância é considerada de grande importância para os grupos, em que uma oferece subsídios para a outra; as atividades acadêmicas oferecem subsídios teóricos para se pensar as formas de ativismo e propostas de combate à homofobia e a militância oferece elementos para se considerar de forma crítica o campo das teorias das desigualdades sociais

e das opressões,

estar na universidade ao mesmo tempo potencializa e limita, porque, querendo ou não a universidade fecha em si mesmo, é um universo em si. Se você é um estudante de graduação você está ali, naquele universo onde você vai atuar, formar laços de sociabilidade, de atuação política. Ela potencializa também porque ela dá ferramentas, possibilidades inclusive financeiras de construção de coisas (Militante, Grupo Urucum 2012).

Seminários acadêmicos são ferramentas importantes para os coletivos, uma vez que essa atividade permite que os temas da diversidade sexual e da homofobia sejam discutidos abertamente dando visibilidade a ele na universidade,

em 2009 ocorreu o Primeiro Seminário de Discussão L.G.B.T. da UFV, que foi um sábado inteiro no auditório da Biblioteca Central, a gente discutiu um pouco sobre casos de homofobia que já ocorreram em Viçosa (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

Entre essas ações, os coletivos mineiros apontaram as Semanas Universitárias de Diversidade Sexual como momentos importantes dos grupos. Esses eventos são, basicamente, encontros em que se conjugam uma série de atividades (como debates, oficinas, mesas redondas, filmes, etc.) que acontecem ao longo de uma semana dentro das universidades e possuem a temática da diversidade sexual como norteadora. Eles marcam esses eventos como pontos cruciais na trajetória dos grupos pelo impacto que elas provocaram na universidade ao dar visibilidade para essa temática,

foi a Primeira Semana Universitária de Diversidade Sexual, que foi uma semana que o GUDDS! se oficializou enquanto grupo na universidade. E foi um encontro de cinco dias, com um tema que era *Rompendo o Pacto do Silêncio*. E tiveram oficinas, participações, festas... e produção de conhecimento também [...] (Militante, Gudds! n. 03 2010)

aí surgiu a ideia da Primeira Semana de Diversidade Sexual da UFV [...]. Foi o momento de maior visibilidade para o Primavera no campus, foram mais de 150 participantes, que para a universidade [UFV] é um público gigantesco (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

A gente fez duas Semanas de Diversidade Sexual. São espaços de reflexão em torno da sexualidade, da lesbianidade, de uma educação sem homofobia, entre outros; mas também são espaços artísticos e de cultura. Na primeira semana, por exemplo, a gente teve um *show* de *drag* no centro da universidade (Militante, Grupo Urucum, 2012).

Essa característica de conjugar militância e academia pode ser considerada um dos principais (se não o principal) fatores que marcam a inovação nas ações dos coletivos

universitários de diversidade sexual. A atuação deles no espaço público é marcada por uma aproximação muito forte com concepções teóricas e reflexões realizadas dentro do ambiente acadêmico, bem como pela participação de alguns de seus membros em várias atividades de pesquisas e de extensão que envolvem outros atores sociais. A participação dos membros desses grupos em atividades acadêmicas é sempre atravessada pela visão que eles adquirem em seu cotidiano de militância. Em alguns casos, o cotidiano político desses grupos oferece diretamente subsídios empíricos para suas atividades acadêmicas.

ACADEMIA E MILITÂNCIA

A atuação desses coletivos nos colocam questões sobre a possibilidade de agência política no cotidiano da universidade. Como poderia ser construída a ação política de estudantes universitários dentro das instituições acadêmicas? Como se fazer sujeito da ação política em um ambiente marcadamente meritocrático controlado basicamente por uma pequena elite? Se constituírem como acadêmicos MILITANTES, seria uma via encontrada pelos MILITANTES dos coletivos universitários para disputarem o campo científico e produzirem discursos alternativos sobre suas realidades,

[...] e a gente entende essa academia e militância (ou essa militância na academia, ou academia na militância) como produção de discursos, onde a coisa não é só ligada... a gente tem uma consciência muito clara de que tudo isso que a gente passa está ligado a produção de conhecimento, tem a ver com a universidade, tem a ver com a comunidade, com a produção de leis, com a construção de políticas públicas [...] (Militante, Gudds! n. 03 2010).

A “dureza” das instituições universitárias, devido a lógicas e dinâmicas muito cristalizadas e prescritivas, tem sido impeditiva de uma diversificação da participação em seu interior. No caso da experiência juvenil, a dinâmica interna das instituições termina por estabelecer tetos de vidro que são impeditivos de uma participação legítima, ela exige todo um repertório linguístico e de desempenho, de apropriação dos jogos de linguagem específicos desses contextos. A apropriação do aparato teórico-metodológico é uma maneira que esses jovens MILITANTES têm para legitimar o seu discurso sobre a sua realidade e realizar uma política do cotidiano dentro das instituições universitárias (Mayorga, Prado e Castro 2012).

Importante lembrar que, apesar de a universidade ser um espaço de produção e reprodução de desigualdades, também fazem parte de sua comunidade sujeitos que realizam práticas concretas que não necessariamente se empenham na sua conservação. Seus espaços são dinâmicos e se transformam com o conjunto da sociedade. Apesar de, nas universidades, o perfil de estudantes, pesquisadores/as e professores/as ter se mantido o

mesmo durante muito tempo, vem ocorrendo um processo de diversificação em relação às origens e aos posicionamentos políticos identitários dos sujeitos no seu interior, como o ocorrido pela introdução de políticas de Ações Afirmativas (Mayorga e Souza 2010), mudança que não garante por si só uma democratização da lógica de produção do conhecimento, mas que possui grande potencial para formar pesquisadores com uma visão politizada da sua situação como sujeito (Magalhães *et al.* 2010).

A emergência política de novos atores sociais acaba por fazer uma denúncia, política e epistemológica, do histórico de desrespeito de certos grupos e o esforço para romper com a reprodução e atualização dessas lógicas provenientes das normas que perpassam as instituições de produção do conhecimento. Essa renovação reivindica um novo tipo de comprometimento ético por parte dos sujeitos envolvidos com a produção de conhecimento, o que faz emergir alguns pesquisadores preocupados com os aspectos sociopolíticos de sua produção considerados como MILITANTE,. Entretanto, essa inserção não se dá sem conflitos. Alas mais tradicionais e/ou conservadoras da produção acadêmica não encaram essa renovação como científica, mas a desqualificam taxando-a, pejorativamente, como MILITANTES. Sustentadas por uma visão de ciência neutra e objetiva, essas correntes enxergam essa produção como cientificamente ilegítimas. Importante ressaltar aqui que um pesquisador engajado ou MILITANTE, não é aquele que, necessariamente, milita em algum grupo ou movimento social (ainda que essa possibilidade se coloque). Fazer ciência comprometida ou MILITANTE, requer pensar a produção científica como um instrumento de manutenção, de questionamento ou de construção de um posicionamento alternativo em relação às desigualdades sociais (Magalhães *et al.*, 2010). Ao se apropriar do discurso científico, os MILITANTES dos coletivos universitários de diversidade sexual entendem o potencial que ele tem para legitimar ou não certos discursos, inclusive os que dizem respeito a sua sexualidade (Magalhães *et al.*, 2010), e que interpelar a universidade envolve necessariamente repensar suas práticas, sendo a principal delas a produção do conhecimento,

quando a academia entra em um processo em que ela não tem um compromisso real com a mudança do que ela está apontando, caracterizando e levantando, é esse tipo de academia que a gente não se aproxima. Mas uma academia que realmente está interessada em entender e agir sobre a realidade. [...] Se a gente está em uma realidade efetiva em que a gente encontra homens machistas, isso não está dado nem acabado, há possibilidades de mudança. Mas aí quando a academia está interessada só em caracterizar isso, e não pensar formas de atuação e de inserção, eu acho que ela não se relaciona com a militância. A academia ela é MILITANTE, a partir do momento que ela pensa a prática (Militante, Grupo Urucum 2012).

O coletivo Primavera nos Dentes aponta certo distanciamento das atividades pesquisa e, por isso, consideram que eles não estabelecem muito contato com a academia

e que suas ações são mais MILITANTES. Entretanto, o grupo aponta uma forte relação com atividades de extensão, o que possibilitaria repensar essa relação dos grupos com a produção de conhecimento por outra via, que seria diferente em estilo, mas de conteúdo acadêmico igualmente relevante,

então, é uma discussão que a gente sempre fez dentro do Primavera nos Dentes. Que a nossa relação com a militância é sempre muito maior que com a academia. [...] Os nossos parceiros históricos aqui dentro da universidade sempre foram grupos de militância [...] como o movimento estudantil e os grupos organizados de *extensão* (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

Esses coletivos realizam oficinas de formação em diversidade sexual para a comunidade acadêmica e para a sociedade de forma geral. Essa é a possibilidade de atuação política a partir de uma perspectiva de educação promovida pelos coletivos,

por esse fato de o movimento estudantil já tomar conhecimento de que esse grupo estava se formando, de que ele existia, eles falaram “olha, por que vocês não começam a preparar oficinas”. Eles jogaram essa primeira demanda para a gente, que foi uma oficina que a gente fez para o cursinho popular do DCE e outra oficina que a gente fez dentro da programação da Nico Lopes, que é um evento do DCE, aí a gente deu uma oficina sobre cultura GLS (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

Considerar apenas as atividades de pesquisa como capazes de produzir conhecimento e, conseqüentemente, como única forma de expressão acadêmica está baseado na lógica de *monocultura do saber científico* e provoca o desperdício da experiência da extensão como possibilidade de produção do conhecimento (Santos 2002) bem como espaço de atuação política. Uma grande oportunidade de se repensar as lógicas de produção do conhecimento e as formas de fazer militância na prática pode ser encontrada em algumas atividades que o coletivo Primavera nos Dentes se envolve, como o Estágio Interdisciplinar de Vivência,

[o EIV] É um projeto do movimento estudantil e de alguns grupos de extensão daqui da universidade, que eles levam os estudantes a vivenciar a realidade de pequenos agricultores, assentados, mas sempre com a perspectiva de transformação social. A ideia é levar os estudantes a participarem dessa vivência e debater as causas sociais que levam a esse tipo de realidade e qual é a interferência que você tem nisso, qual o papel que você, enquanto indivíduo na sociedade tem para transformar essa realidade (Militante, Primavera nos Dentes, n. 01 2011).

a gente teve um bate papo no EIV [...]. O EIV é Estágio Interdisciplinar de Vivência. [...] o EIV não tem o debate L.G.B.T.. Então eles começaram um bate-papo mesmo, que a gente fez (Militante, Primavera nos Dentes, n. 03 2011).

No Brasil a extensão universitária é realizada das mais diversas formas, sendo que, basicamente, dois modelos guiam essa atividade. Tanto a tradição estadunidense, de extensão como forma de prestação de serviços, quanto a europeia, de maior integração da universidade à sociedade, são encontradas em atividades extensionistas. Ainda assim, nota-se um predomínio do primeiro modelo nas formas como são realizadas as atividades de extensão nas universidades brasileiras. A partir do Plano Nacional de Extensão ganha respaldo a discussão de uma extensão que, mais do que prestação de serviço, configure-se como a possibilidade de se conhecer anseios e necessidades sociais de maneira dialógica. A extensão tem o potencial de promover zonas de contato entre o conhecimento produzido pela pesquisa e as demandas da sociedade. Abre-se assim a possibilidade para que pesquisadores e/ou estudantes mais engajados façam da extensão um espaço de transformação social e atuação política (Ziller *et al.* 2010). Exemplos de atividades de extensão que buscam interpelar a norma (tanto da universidade quanto da sociedade) são cursos de capacitação de professores que discutem as relações de gênero, sexualidade, heteronormatividade e homofobia no interior das escolas (Prado, Arruda e Rocha 2009) ou programas de extensão com caráter de ação afirmativa (Reis *et al.* 2010) que buscam interpelar a norma eurocêntrica das universidades ao privilegiarem aspectos raciais e socioeconômicos na seleção de bolsas que visam a permanência de sujeitos negros (pretos e pardos) nas universidades com qualificação acadêmica e empoderamento político (Mayorga e Souza 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões feitas nesse texto sobre a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual foram embasados em concepções teóricas que buscam contribuir para o processo de análise crítica das exclusões da sociedade brasileira. Esse texto foi produto de um estudo guiado pelo paradigma da pesquisa qualitativa, que buscou um aprofundamento e uma compreensão dos fenômenos sociais que caracterizam a dinâmica de atuação política desses coletivos. Buscou-se aqui compreender a instituição universitária a partir de uma concepção que a toma como um espaço de produção, reprodução e atualização de todo um conjunto discursos, valores e práticas que instituem a heterossexualidade estabelecendo-a como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero, crença essa denominada como heteronormatividade. Essa norma, ao se fundamentar em apenas dois gêneros possíveis, é excludente e hierárquica, e ao reiterar esse modelo se renovam as relações de poder implícitas provenientes dela. Uma luta por reconhecimento

emerge toda vez que a experiência vivida acerca das normas de reconhecimento mútuo de indivíduos ou coletivos se tornar insuportável, então essas normas são desafiadas e elas se tornam espaço de contestação. Essa experiência é sentida por meio de situações de desrespeito que prejudicam a autorrealização dos sujeitos.

Os jovens estão, cada vez mais, se engajando em outras modalidades de ação política não previamente determinadas nos moldes institucionais de participação. Ao invés de uma redução na participação, temos que o ativismo político foi reinventado nas décadas recentes através de uma pluralização nas formas das organizações que estruturam a ação política, nas ações comumente usadas na expressão política e nos sujeitos políticos que os/as ativistas procuram influenciar. As/os MILITANTES dos Coletivos Universitários de Diversidade Sexual atuam segundo uma proposta de militância acadêmica, uma produção do conhecimento científico que esteja preocupada com seus impactos na transformação da sociedade. A participação dos membros desses grupos em atividades acadêmicas é sempre atravessada pela visão que eles adquirem em seu cotidiano de militância e sua atuação nos coloca questões sobre a possibilidade de agência política no cotidiano da universidade apontando que se constituírem como acadêmicos MILITANTES seria uma via de legitimação encontrada pelos MILITANTES para disputarem o campo científico e produzirem discursos alternativos sobre suas realidades. Essa característica de conjugar militância e academia pode ser considerada um dos principais fatores que marcam a inovação nas ações dos coletivos universitários de diversidade sexual.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGUSTO, N. M. A juventude e as políticas: desinstitucionalização e individuação. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 81: 55-177, 2008.
- ANZALDÚA, Glória. *La Frontera/Borderlands*. San Francisco: Spinster Ink, 1988.
- BACELAR, Rafael Prosdocimi. *Onde o Político Tradicional Vai, o Ambiental Muito mais Profundo: ambientalismo, ação política e subjetivação de jovens cariocas*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) — UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.
- BLEE, Kathleen M.; TAYLOR, Verta. Semi-Structured Interviewing in Social Movement Research In: KLANDERMAS, Bert; STAGGENBORG, Suzane (Orgs.). *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002: 92-117.
- BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- BUTTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. Longing for Recognition. In: *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004a.
- _____. The Question of Social Transformation. In: *Undoing Gender*. New York: Routledge, 2004b.
- _____; ATHANASIOU, Athena.. *Dispossession: the performative in the political*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, v. 7, n. 1: 179-208, 2009.
- CRUZ, Robson Nascimento da. *et al.*. Mapa do Invisível: Hierarquias sociais e universidade. In: MAYORGA, Claudia (Orgs.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010: 71-91.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, 1994.
- FLICK, Uwe. *Desenho da Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n. 5, 1995.
- HARDING, Sandra. *Ciencia y Feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1986.
- HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: A Gramática Moral dos Conflitos Sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia: limite e possibilidades de um conceito em meio a disputas. *Revista Bagoas*, v. 1, n. 01, jul.- dez., 2007.
- KLANDERMAS, Bert; STAGGENBORG, Suzane. Introduction. In: KLANDERMAS, Bert; STAGGENBORG, Suzane (Org). *Methods of Social Movement Research*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2002.

- LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- MAYORGA, Claudia; COSTA, Fabiola Cristina Santos; COSTA, Tatiana Lúcia Cardoso. Introdução: Universidade Pública no Brasil. Entre privilégios e direitos. In: MAYORGA, Claudia. *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 19-45, 2010.
- _____; ZILLER *et al.* 2010. O problema que não tem nome: Sobre metodologia para estudo das desigualdades. In: _____. *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: Ensaio Sobre a Democratização da Universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG: 151-180.
- _____; SOUZA, Luciana Maria de. Ação Afirmativa na Universidade: quando ruídos se tornam vozes. In: _____. *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010: 204-233.
- _____; PRADO, Marco Aurélio Maximo; *et al.* Entre a nomeação e a instituição: reflexões a partir da juventude rural no sindicato. In: _____. PRADO, Marco Aurélio Maximo; CASTRO, Lucia Rabello de (Org.). *Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012: 99-120.
- _____; _____. CASTRO, Lucia Rabello de. Juventude e os paradoxos da política. In: _____. *Juventude e a Experiência da Política no Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012: 261-272.
- MATOS, Marlise. O Campo Científico-Crítico-Emancipatório das Diferenças como Experiência da Descolonização Acadêmica. In: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Teoria Política e Feminismo: abordagens brasileiras*. Vinhedo: Horizonte, 2012.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. *Para Mapear o Confronto Político. Lua Nova*. São Paulo, n. 76: 11-48, 2009.
- MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Dimensão Intersubjetiva da Auto-Realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *RBCS*, v. 24, n. 70, junho, 2009.
- MOUFFE, Chantal. Por um Modelo Agonístico de Democracia. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba n. 25, nov., 2005
- NORRIS, Pippa. *Democratic Phoenix: reinventing political activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
- PRADO, Marco Aurélio Maximo. Da Mobilização Social à Constituição de Identidade Política: reflexões em torno dos aspectos psicossociais das ações coletivas. *Psicologia em Revista*. Belo Horizonte, v. 8, n. 11, jun., 2002.
- _____; MACHADO, Frederico Viana. *Preconceito Contra Homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade*. São Paulo: Cortez Editora, 2008.
- _____; ARRUDA, Daniel; ROCHA, Leonardo Tolentino. O Litígio Sobre o Impensável:

- escola, gestão dos corpos e homofobia”. *Revista Bagoas*, v. 3, n. 4, 2009.
- _____; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, Hieraquização e Humilhação Social. In: VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma. *Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2011: 51-72.
- REIS, Roberto Alves *et al.* Hierarquias e Preconceitos na Universidade Pública: interpeleções e enfrentamentos possíveis. In: MAYORGA, Claudia (Org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- RIOS, Roger Raupp. Homofobia na Perspectiva dos Direitos Humanos e no Contexto dos Estudos sobre Preconceito e Discriminação. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009.
- SALIH, Sara. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2012.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, out., 2002.
- TULLY, James. Recognition and Dialogue: the emergence of a new field. *Critical Review of International Social and Political Philosophy*, v. 7, n. 3: 84-06, 2004.
- YOUNG, Iris Marion. Activists Challenge to Deliberative Democracy. *Political Theory*, 2001.
- WELZER-LANG, Daniel. L’homophobie: la face cachée du masculin. In: WELZER-LANG, D.; DUTEY, P.; DORAIS, M. *La Peur de L’autre en Soi. Du Sexisme à L’homophobie*. Montréal: VLB., 1994.
- ZILLER, Joana *et al.* A Extensão como Forma de Conectar Saberes. In: MAYORGA, Claudia (Org.). *Universidade Cindida, Universidade em Conexão: ensaios sobre a democratização da universidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010: 234-246.

STRUGGLES FOR RECOGNITION, DISRESPECT AND UNIVERSITY: THE ROLE OF THE ACADEMIC COLLECTIVE OF SEXUAL DIVERSITY TO CONFRONT INSTITUTIONAL HOMOPHOBIA

ABSTRACTS

This text was the product of a study that sought the understanding of social phenomena that characterize the dynamics of three Academic Collective of Sexual Diversity of the state of Minas Gerais. The university was understood from a conception that takes it as a space of production, reproduction and update of a set of discourse, values and practices establishing heterosexuality as the only legitimate possibility of sexual expression and gender, belief this known as heteronormativity. These groups arise with the proposal against this standard in the context of universities and are increasingly engaging in other forms of political action not previously determined in the manner of institutional participation. The activists of such collective act according to a proposed academic militancy, a production of scientific knowledge that is concerned about its impact on the transformation of society. The collective work of these student points to the fact that, for these young people, constitute themselves as academic militants would be an avenue for disputing the legitimacy of the scientific field and produce alternative discourses about their realities. This characteristic of combining activism and science can be considered a major innovation in the political struggle.

KEYWORDS

Academic collective, sexual diversity, heteronormativity, institutional homophobia, struggles for recognition.

SUBMETIDO EM

Agosto de 2013

APROVADO EM

Março de 2014

SOBRE O AUTOR

JULIÃO GONÇALVES AMARAL

Cientista Social formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG.

Contato: iarkhan.ufmg@gmail.com.